

RECURSO ESPECIAL Nº 1.806.294 - RS (2019/0089012-9)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : MAURÍCIO DAL AGNOL
ADVOGADOS : PABLO PACHECO DOS SANTOS - RS062925
RODRIGO TONIAL - RS063379
PABLO FRIEDRICH DORNELES - RS059377
RECORRIDO : IRANI DAMETTO
ADVOGADO : GABRIELA FELINI - RS072467

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. MANDATO. INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS. RECEBIMENTO DE VALORES PELO ADVOGADO. FALTA DE REPASSE PARA O CLIENTE. DANOS MORAIS. CABIMENTO. ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA N. 7/STJ. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA RELACIONADOS AO DANO MORAL. CITAÇÃO. DANOS MATERIAIS. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. DATA DO ABUSO. HONORÁRIOS CONTRATUAIS.

1. O início do prazo prescricional, com base na teoria da *actio nata*, não se dá necessariamente no momento em que ocorre a lesão ao direito, mas, sim, quando o titular do direito subjetivo violado obtém plena ciência da lesão e de toda a sua extensão. Precedentes.
2. A convicção a que chegou o acórdão acerca da ocorrência de dano material decorreu da análise do conjunto fático-probatório, de modo que o acolhimento da pretensão recursal em tal ponto demandaria o reexame do mencionado suporte, providência vedada nos termos da Súmula 7/STJ.
3. Os juros de mora sobre a indenização por danos materiais são devidos desde o momento em que o advogado deveria ter repassado ao cliente os valores recebidos em razão do cumprimento do mandato. Precedentes.
4. Recurso especial conhecido, em parte, e não provido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por MAURÍCIO DAL AGNOL, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. MANDATOS. AÇÃO DE COBRANÇA

CUMULADA COM PEDIDO DE DANOS MORAIS.

1. Há de ser afastada a preliminar de prescrição da pretensão indenizatória veiculada, eis que não se aplicam a ela os prazos trienal e quinquenal pretendidos pelo apelante. Em se tratando de relação de indenização por mau cumprimento de contrato de mandato, firmou entendimento o Superior Tribunal de Justiça que, ante a ausência de previsão expressa no artigo 206 do CC, o prazo prescricional a ser considerado é o decenal, conforme previsto no artigo 205 do mesmo diploma legal.

2. No caso concreto, os critérios para cálculo da diferença de ações foram firmados ainda na fase de conhecimento, com definição da quantidade de ações a serem indenizadas e dos parâmetros de conversão, em decisão devidamente transitada em julgado, critérios pelos quais foi proposto o cumprimento da sentença, havendo mesmo o depósito pela companhia ré do valor inicia/mente executado como garantia do juízo, de forma que a impugnação ao cumprimento da sentença não teria o condão de modificar o valor no quanto mais importante, qual seja, o de fundo, pelo que demonstrada a lesividade no acordo.

3. Demonstrada a responsabilidade do apelante pelo ilícito civil cometido, verifica-se que este, ao contrário do que sustenta, é capaz de gerar dano moral, decorrente do fato em si e da própria situação a que submetido o recorrido, tratando-se de dano In re ipsa.

Uma vez estabelecida uma relação de mandato entre as partes, /astreada na confiança depositada no causídico para melhor atender os interesses representados, é inafastável a conclusão de que o fato de ver-se o autor alijado dos valores a que detinha direito supera a condição de mero aborrecimento, atingindo sua esfera íntima e, desse modo, causando os danos propalados, para os quais o quantum estabelecido na origem para reparação mostra-se suficiente.

NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Outros embargos de declaração foram assim julgados:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS EM APELAÇÃO CÍVEL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA.

REGRA DA UNIRRECORRIBILIDADE. Em atenção à regra da unirrecorribilidade, para cada caso há um recurso adequado e somente um. Dessa forma, uma vez apresentada a insurgência recursal, não mais poderá ser reiterada ante o esgotamento de tal faculdade processual. No caso sob apreço, a parte opôs embargos de declaração dirigidos ao questionamento de pronunciamento judicial realizado em sede de apelação cível que já tinha sido alvo de embargos de declaração. Do cotejo dos embargos de declaração pretéritos e dos atuais, nota-se de plano que as razões que serviram de base para a oposição de ambos são idênticas e que ambos se dirigiram à rediscussão e prequestionamento do acórdão prolatado em face da referida apelação cível. A reiteração de idênticos embargos de declaração com o nítido escopo de rediscutir as matérias que já foram objeto de devida apreciação notabiliza o seu interesse protelatório. De modo algum esta corte poderia ser complacente

em relação a esta postura processual. Por isso, com fulcro no comando do art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil, o embargante há de ser impelido ao pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS. UNÂNIME.

No recurso especial, além de divergência jurisprudencial, o recorrente alega violação dos seguintes dispositivos: arts.11, 105, 189, 240, 'caput', 1.022 e 1.026, §§ 1º e 2º do Código de Processo Civil e 189, 206, § 3º, IV e V, 682, IV e 849 do Código Civil. Argumenta que: (a) negativa de prestação jurisdicional, (b) prescrição trienal, (c) validade do mandato e licitude do acordo, (d) sobre os danos materiais incidem juros de mora a partir da citação, (e) indevida a multa do art. 1.026 e parágrafos seguintes do Novo CPC, tendo em vista que pretendia o recorrente apenas a análise da ausência de lesão ao recorrido em razão do acordo.

Não foram apresentadas as contrarrazões ao recurso especial, conforme certidão de fl. 280.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 282-287).

É o relatório.

DECIDO.

2. Não há falar em violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, pois o eg. Tribunal **a quo** dirimiu as questões pertinentes ao litígio. Cabe destacar que não significa omissão quando o julgador adota outro fundamento que não aquele perquirido pela parte.

A propósito:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA - AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - REDISCUSSÃO DO JULGADO - DECLARAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR - PRECEDENTES DO STJ.

1. Os embargos de declaração, a teor das disposições do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, são inviáveis quando inexistente obscuridade, contradição ou omissão na decisão embargada.

2. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material do acórdão embargado. Recurso dotado de caráter manifestamente infringente. Inexistência de demonstração dos vícios apontados, objetivando à rediscussão da matéria, já repetidamente decidida.

3.(...)

4. Embargos de declaração rejeitados.(EDcl no AgInt no CC 144.334/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe 29/08/2016)

Assim sendo, quanto à multa aplicada, observa-se que "evidenciado o caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração, aplicável a multa inserta no art.

1.026, § 2º, do CPC/2015." (AgInt no REsp 1746210/PR, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 30/05/2019)

3. Quanto ao termo inicial da prescrição, a conclusão do tribunal local está em harmonia com entendimento desta Corte Superior de que o início do prazo prescricional, com base na teoria da *actio nata*, não se dá necessariamente no momento em que ocorre a lesão ao direito, mas, sim, quando o titular do direito subjetivo violado obtém plena ciência da lesão e de toda a sua extensão.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. COMPRA E VENDA. AÇÃO DE COBRANÇA. RESCISÃO DO NEGÓCIO. TRATATIVAS EXTRAJUDICIAIS. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. DEVOLUÇÃO DE VALORES. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. TEORIA DA ACTIO NATA.

1. A reforma do julgado que entendeu pela suspensão do prazo prescricional para devolução do valor em função de tratativas extrajudiciais documentadas demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

2. Por aplicação da teoria da *actio nata*, o lapso do prazo prescricional somente começa com a ciência da efetiva lesão do direito tutelado, inexistindo, ainda, qualquer condição que impeça o exercício do direito de ação. Precedentes.

3. *Agravo interno não provido*" (AgInt no AREsp 982.198/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 21/02/2017 - grifou-se).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS. COMPENSAÇÃO. DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TEORIA DA ACTIO NATA. HARMONIA COM O ENTENDIMENTO DO STJ.

1. Por aplicação da teoria da *actio nata*, o prazo prescricional, relativo à pretensão de indenização de dano material e compensação de dano moral, somente começa a correr quando o titular do direito subjetivo violado obtém plena ciência da lesão e de toda a sua extensão, bem como do responsável pelo ilícito, inexistindo, ainda, qualquer condição que o impeça de exercer o direito de ação.

2. O acórdão recorrido que adota a orientação firmada pela jurisprudência do STJ não merece reforma.

3. *Agravo interno no agravo em recurso especial não provido*" (AgInt no AREsp 639.598/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 03/02/2017 - grifou-se).

"RECURSO ESPECIAL. 1. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER

C.C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTES DO PROCEDER NEGLIGENTE DE OFÍCIO DE NOTAS, QUE TERIA ABERTO FIRMA FALSA E A RECONHECIDO EM ESCRITURA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL IGUALMENTE FORJADA, A ENSEJAR O AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL POR TERCEIRO CONTRA O SUPOSTO TITULAR DA FIRMA. DISCUSSÃO QUANTO AO TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. 2. PRESCRIÇÃO. FINALIDADE. 3. SURGIMENTO DA PRETENSÃO RESSARCITÓRIA. PLENO CONHECIMENTO DA LESÃO PELO TITULAR DO DIREITO SUBJETIVO VIOLADO. EXERCIBILIDADE DA PRETENSÃO. VERIFICAÇÃO. 4. TERMO INICIAL. PROVIMENTO JUDICIAL DEFINITIVO DE IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. 5. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(...)

3. O surgimento da pretensão ressarcitória não se dá necessariamente no momento em que ocorre a lesão ao direito, mas sim quando o titular do direito subjetivo violado obtém plena ciência da lesão e de toda a sua extensão, bem como do responsável pelo ilícito, inexistindo, ainda, qualquer condição que o impeça de exercer o correlato direito de ação (pretensão). Compreensão conferida à teoria da actio nata (nascimento da pretensão) que encontra respaldo em boa parte da doutrina nacional e já é admitida em julgados do Superior Tribunal de Justiça, justamente por conferir ao dispositivo legal sob comento (art. 189, CC) interpretação convergente à finalidade do instituto da prescrição.

(...)

5. *Recurso especial provido*" (REsp. 1.347.715/RJ, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 4.12.2014 - grifou-se).

4. No que se refere à questão de fundo, a Corte local assim se manifestou:

Outrossim, no caso concreto, os critérios para cálculo da diferença de ações foram firmados ainda na fase de conhecimento, com definição da quantidade de ações a serem indenizadas e dos parâmetros de conversão, em decisão devidamente transitada em julgado, critérios pelos quais foi proposto o cumprimento da sentença, havendo mesmo o depósito pela companhia ré do valor inicialmente executado como garantia do juízo.

A impugnação ao cumprimento da sentença, portanto, não teria o condão de modificar o valor no quanto mais importante, qual seja, o de fundo, decorrente de cálculo, repita-se, cujos critérios já estavam definidos, abrigados sob a coisa julgada, não havendo justificativa para a expressiva renúncia operada em desfavor do demandante.

Assim, havendo o autor demonstrado fato constitutivo de seu direito - a existência de acordo que minorou em cerca de 50% os créditos a ele devidos pela ação (fls. 31/33) - cabia ao réu demonstrar, modo cabal, o fato impeditivo do direito daquele, do que não se desincumbiu, razão pela qual há de ser mantida a decisão vergastada no ponto. (fl. 214)

A convicção a que chegou o acórdão acerca da prática de ato ilícito consistente em mau cumprimento do contrato de mandato decorreu da análise do conjunto fático-probatório, e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do especial à luz do enunciado 7 da Súmula desta Corte.

Merece destaque, sobre o tema, o consignado no julgamento do REsp 336.741/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 07/04/2003, "(...) se, nos moldes em que delineada a questão federal, há necessidade de se incursionar na seara fático-probatória, soberanamente decidida pelas instâncias ordinárias, não merece trânsito o recurso especial, ante o veto da Súmula 7-STJ".

5. No tocante ao termo inicial dos juros de mora do dano material, considerando a moldura fática delineada no acórdão recorrido, verifica-se que o entendimento da Corte local está em conformidade com a jurisprudência do STJ:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. MANDATO. AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS CONTRATADOS. APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE NUMERÁRIO. DANOS MATERIAIS. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. DATA DO ABUSO. CC/2002, ART. 670. SÚMULA 43 DO STJ. RECURSO PROVIDO.

1. Os juros de mora sobre a indenização por danos materiais são devidos desde o momento em que o mandatário apropria-se indevidamente dos valores recebidos em razão do cumprimento do mandato. Precedentes.

2. Agravo interno provido para negar provimento ao recurso especial. (AgInt no REsp 1.799.395/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/6/2019, DJe 28/6/2019.)

AGRAVO INTERNO. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MATERIAL. SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS CONTRATADOS. PRESCRIÇÃO DECENAL. RECURSO REPETITIVO. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. ART. 670 DO CC/2002 E SÚMULA 43 DO STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. Não ofende o art. 535 do CPC/1973 a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial.

2. A Segunda Seção do STJ, por ocasião do julgamento dos EREsp 1.280.825/RJ, estabeleceu o entendimento de que o prazo prescricional para as ações fundadas no inadimplemento contratual, incluindo o da reparação de perdas e danos, é de 10 anos.

3. Os juros devidos pelo mandatário que desvia o numerário devido ao mandante fluem desde a data do abuso, e não da interpelação ou da citação. Art. 670 do CC/2002 e Súmula 43 do STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1719517/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe

14/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. MANDATO. ADVOGADO. OBRIGATORIEDADE. SALDO CREDOR APURADO NA SEGUNDA FASE. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS. INCIDÊNCIA ARTS. 1.301 E 1.303, DO CÓDIGO CIVIL/1916. SÚMULA 43/STJ.

- A prestação de contas é inerente ao instituto do mandato, sendo obrigação do mandatário prevista no Código Civil e na Lei n.º 8.906/94 (Estatuto da Advocacia).

- Comete ilícitos contratuais o mandatário que não presta contas ao mandante e não lhe entrega o que recebeu em nome desse. Exegese dos arts. 1.301 e 1.303, ambos do Código Civil/1916

- **Se o advogado não presta contas ao cliente por quantias recebidas no processo e é condenado em ação de prestação de contas, a correção monetária e os juros moratórios sobre o saldo credor devem incidir a partir do momento que deveria ter repassado ao cliente os valores recebidos durante o cumprimento do mandato.** Incidência da Súmula n.º 43 do STJ e do art. 1.303 do Código Civil/1916.

- Incide correção monetária em todos os débitos judiciais, inclusive sobre o saldo credor apurado em sentença da segunda fase de ação de prestação de contas.

Recurso especial não conhecido.

(REsp 687.101/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/04/2006, DJ 02/05/2006, p. 307 - g.n.)

MANDATO. Juros. Termo inicial.

Os juros devidos pelo mandatário que desvia o numerário devido ao mandante fluem desde a data do abuso, e não da interpelação ou da citação. Art. 1303 do CCivil.

Recurso conhecido e provido.

(REsp 249.382/RS, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 18/05/2000, DJ 26/06/2000, p. 181 - g.n.)

6. Ante o exposto, conheço, em parte, do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Havendo prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator